



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 115/XIV/ 2.ª SL

Aos 28 dias do mês de abril de 2021, pelas 09:30 horas, reuniu a Comissão De Orçamento E Finanças, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Formato misto (presencial + videoconferência)

1. **Aprovação das atas n.º 112 e 113;**
2. **Discussão e votação do parecer da Proposta de Lei n.º 86/XIV/2.ª (GOV) - “Aprova a Lei das Grandes Opções para 2021-2025”;**
Autor: Nuno Sá (PS)
3. **Discussão e votação do parecer sobre o Relatório “Portugal na União Europeia – 2020”;**
Relator: Jorge Paulo Oliveira (PSD)
4. **Discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 79/XIV/2.ª (GOV) – “Prorroga a isenção de imposto sobre o valor acrescentado para as transmissões e aquisições intracomunitárias de bens necessários para combater os efeitos da pandemia da doença COVID-19”;**
5. **Deliberação sobre emissão de parecer do Projeto de Lei n.º 804/XIV/2.ª (PAN) – “Assegura a redução do IVA aplicável aos atos próprios dos médicos veterinários, procedendo à alteração ao Código do IVA”;**
Cabe ao GP PS
(Comissão competente: 7.ª CAM)
6. **Definição da metodologia de apreciação do Projeto de Resolução n.º 1217/XIV/2.ª (PSD) – “Recomenda ao Governo que complemente o Programa de Estabilidade com um Programa de Investimentos e um Programa de Medidas Sociais”;**
(Em Conexão com a 4.ª CAE, 6.ª CEIOPH e 10.ª CTSS)

Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 115/XIV/ 2.ª SL

7. **Definição de metodologia de apreciação na especialidade do Projeto de Lei n.º 678/XIV/2.ª (PSD) – “Aprova o quadro legal complementar de prevenção e combate à atividade financeira não autorizada e defesa dos consumidores”;**
8. **Definição de metodologia de apreciação na especialidade do Projeto de Lei n.º 781/XIV/2.ª (PS) – “Aprova um regime de prevenção da atividade financeira não autorizada com vista à tutela dos direitos dos consumidores”;**
9. **Definição da metodologia de apreciação do Projeto de Resolução n.º 1221/XIV/2.ª (PCP) – “Pelo direito soberano de Portugal decidir do seu futuro: combater o vírus e o seu aproveitamento, assegurar o desenvolvimento do País”;**
10. **Outros assuntos.**

11H00

Audição do Senhor Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais, no âmbito da apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 655/XIV/2.ª (PCP) – “Altera os procedimentos da entrega do ficheiro SAF-T(PT) relativo à contabilidade (Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 48/2020, de 3 de agosto)” (Presencial)

1. Aprovação das atas n.º 112 e 113;

Colocadas conjuntamente à discussão, não se verificou qualquer pedido de palavra, pelo que se procedeu imediatamente à votação, tendo as atas sido aprovadas por unanimidade, na ausência do BE, CDS-PP, PAN e CH.

Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 115/XIV/ 2.ª SL

**2. Discussão e votação do parecer da Proposta de Lei n.º 86/XIV/2.ª (GOV) -
“Aprova a Lei das Grandes Opções para 2021-2025”;
Autor: Nuno Sá (PS)**

O Senhor Deputado Nuno Sá (PS) apresentou o parecer de que foi autor. Saliou, em particular, que o Governo apresentou as Grandes Opções para 2021-2025 como atualização das Grandes Opções para 2021-2023, procurando dar resposta aos impactos causados pela crise pandémica. Mais destacou que o combate à corrupção e a valorização das funções de soberania, são prioridades do Governo. Dirigiu ainda algumas notas ao parecer emitido pelo Conselho Económico Social, sobre a iniciativa. Por fim, agradeceu a todas as Comissões pelos pareceres enviados, aos Serviços pela preparação da nota técnica e, em particular, à Assessora do PS, Dra. Ana Filipa Ferreira, por todo o trabalho realizado.

O Senhor Deputado Alberto Fonseca (PSD) solicitou a palavra para fazer uma breve sugestão de correção ao texto do parecer, que foi aceite pelo autor. Disse ainda que o comentário feito pelo autor, quanto ao facto de ser prioridade do Governo o combate à corrupção, é aceitável apenas enquanto ato de fé para o futuro e não enquanto constatação de facto passado.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) cumprimentou o autor pelo trabalho realizado que disse ser mais denso do que o normal. Relativamente ao parecer do CES, disse compreender os pontos que foram salientados pelo autor, embora tenha dito que talvez pudesse também ser salientada a questão dos salários. Concluiu que o parecer era correto e adequado.

O Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL), que assistiu à reunião por videoconferência, disse, através de mensagem escrita no Skype, saudar o autor e que iria votar favoravelmente o parecer.

Submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do CDS-PP, PAN e CH.

3. Discussão e votação do parecer sobre o Relatório “Portugal na União Europeia – 2020”;

Relator: Jorge Paulo Oliveira (PSD)



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 115/XIV/ 2.ª SL

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) solicitou que o parecer fosse redistribuído à Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD), dizendo que esperava que este pudesse ser discutido na próxima reunião.

4. Discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 79/XIV/2.ª (GOV) – “Prorroga a isenção de imposto sobre o valor acrescentado para as transmissões e aquisições intracomunitárias de bens necessários para combater os efeitos da pandemia da doença COVID-19”;

O Senhor Presidente colocou a iniciativa à discussão, salientando que não havia sido apresentada qualquer proposta de alteração. Não tendo sido solicitada a palavra por nenhum Senhor Deputado, o articulado da iniciativa foi colocado conjuntamente à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, na ausência do CDS PAN e CH. O Senhor Presidente disse que a proposta constaria do guião de votações do plenário do dia seguinte.

5. Deliberação sobre emissão de parecer do Projeto de Lei n.º 804/XIV/2.ª (PAN) – “Assegura a redução do IVA aplicável aos atos próprios dos médicos veterinários, procedendo à alteração ao Código do IVA”;

Cabe ao GP PS

(Comissão competente: 7.ª CAM)

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) disse que a matéria da iniciativa é competência desta comissão. Embora a distribuição neste caso tenha sido diferente, disse entender ser conveniente fazer o parecer e que, sendo obtida a concordância da Comissão, o PS indicaria, durante o dia, o relator.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) solicitou a palavra para dizer que nada tinha a opor à sugestão do PS, mas que seria necessário deixar claro que a comissão competente para a matéria fiscal é a 5.ª Comissão.

O senhor Presidente disse que iria transmitir que, por regra, a competência sobre matérias fiscais, será da COF.

6. Definição da metodologia de apreciação do Projeto de Resolução n.º 1217/XIV/2.ª (PSD) – “Recomenda ao Governo que complemente o Programa de Estabilidade com um Programa de Investimentos e um Programa de Medidas Sociais”;

Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 115/XIV/ 2.ª SL

(Em Conexão com a 4.ª CAE, 6.ª CEIOPH e 10.ª CTSS)

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) informou que o projeto de resolução seria discutido no plenário, estando já agendado para o dia seguinte.

- 7. Definição de metodologia de apreciação na especialidade do Projeto de Lei n.º 678/XIV/2.ª (PSD) – “Aprova o quadro legal complementar de prevenção e combate à atividade financeira não autorizada e defesa dos consumidores”;**

O Senhor Presidente sugeriu que o ponto 7. e 8. fossem agregados e discutidos conjuntamente, no que todos anuíram.

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) disse que se justificaria nestes dois projetos, um conjunto de audições e consultas. Sugeriu que fosse fixado como prazo para apresentação de pedidos de audições ou outras diligências consideradas pertinentes, o próximo dia 30 de abril, sexta-feira, no que todos anuíram.

- 8. Definição de metodologia de apreciação na especialidade do Projeto de Lei n.º 781/XIV/2.ª (PS) – “Aprova um regime de prevenção da atividade financeira não autorizada com vista à tutela dos direitos dos consumidores”;**

Este ponto foi discutido conjuntamente com o ponto precedente, para o qual se remete.

- 9. Definição da metodologia de apreciação do Projeto de Resolução n.º 1221/XIV/2.ª (PCP) – “Pelo direito soberano de Portugal decidir do seu futuro: combater o vírus e o seu aproveitamento, assegurar o desenvolvimento do País”;**

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) informou que o projeto de resolução seria discutido no plenário, estando já agendado para o dia seguinte.

10. Outros assuntos.

Não havendo outros assuntos a tratar, foi feita uma interrupção dos trabalhos até às 11h00.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 115/XIV/ 2.ª SL

11H00

Audição do Senhor Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais, no âmbito da apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 655/XIV/2.ª (PCP) – “Altera os procedimentos da entrega do ficheiro SAF-T(PT) relativo à contabilidade (Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 48/2020, de 3 de agosto)” (Presencial)

O Senhor Presidente iniciou a audição cumprimentando o Senhor Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais, enquadrando a audição e explicitando os termos em que a mesma iria decorrer.

Na primeira ronda de intervenções tomaram a palavra os senhores deputados Vera Braz (PS), Margarida Balseiro Lopes (PSD), Mariana Mortágua (BE) e Duarte Alves (PCP), tendo o Senhor Secretário de Estado, respondido conjuntamente às questões colocadas.

No âmbito da segunda ronda, intervieram os senhores Deputados Margarida Balseiro Lopes (PSD), Duarte Alves (PCP) e Cecília Meireles (CDS-PP), posto o que o Senhor Secretário de Estado, respondeu conjuntamente às questões colocadas.

Não havendo pedidos de intervenção adicionais, o Senhor Presidente encerrou a audição após ter agradecido a presença do Senhor Secretário de Estado.

A audição foi gravada em suporte vídeo, a qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede. A gravação vídeo pode ser consultada na página internet da audição.

A reunião foi encerrada às 12:04 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 28 abril 2021.

O PRESIDENTE


(FILIPE NETO BRANDÃO)



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 115/XIV/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Paula Vitorino (PS)
Carlos Brás (PS)
Fernando Anastácio (PS)
Filipe Neto Brandão (PS)
Hortense Martins (PS)
João Gouveia (PS)
João Paulo Correia (PS)
Miguel Matos (PS)
Nuno Sá (PS)
Vera Braz (PS)
Afonso Oliveira (PSD)
Alberto Fonseca (PSD)
Carlos Silva (PSD)
Duarte Pacheco (PSD)
Eduardo Teixeira (PSD)
Hugo Carneiro (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
Margarida Balseiro Lopes (PSD)
Mariana Mortágua (BE)
Duarte Alves (PCP)
Cecília Meireles (CDS-PP)
André Ventura (CH)
João Cotrim De Figueiredo (IL)
Jamila Madeira (PS)
João Paulo Pedrosa (PS)
Ana Miguel Dos Santos (PSD)
Sara Madruga Da Costa (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ricardo Vicente (BE)
André Silva (PAN)

